



PSICOLOGIA ARGUMENTO

ISSN 0103-7013

Licenciado sob uma Licença Creative Commons



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.43.121.A004>

Plantão psicológico em uma delegacia de defesa da mulher: relato de experiência

Psychological assistance at a women's protection police station: experience report

Asistencia psicológica en una comisaría de protección a la mujer: relato de experiencia

Mariana Fregonezi Forti
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
<https://orcid.org/0009-0002-6560-0421>
marianaforti2000@gmail.com

Daniel Aghazarian de Oliveira
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
<https://orcid.org/0009-0002-5847-8288>

Marcia Calixto dos Santos
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
<https://orcid.org/0000-0002-5243-2281>

Resumo

A violência contra as mulheres corresponde a um problema de saúde pública e de direitos humanos, sendo as delegacias de defesa da mulher fundamentais para identificação e acolhimento dos casos. Dada a relevância do tema, este artigo consiste em um relato de experiência referente ao estágio supervisionado em saúde de um curso de Psicologia, desenvolvido por estudantes do último ano, em uma Delegacia de Defesa da Mulher. O objetivo do estágio foi disponibilizar atendimento, por meio do plantão psicológico, para mulheres, vítimas de violência ou em situação de risco, que buscavam os serviços da instituição de segurança. A partir da vivência dos estudantes de Psicologia nas intervenções realizadas, frente aos desafios e potencialidades verificados, observou-se a necessidade do aprimoramento e avanço dessa área de atuação do psicólogo. Desse modo, a institucionalização da proposta de estágio viabilizou o acesso das vítimas ao atendimento psicológico emergencial, contribuindo com o desenvolvimento de redes de proteção às mulheres em situação de violência. Ademais, observou-se a importância de aperfeiçoar a percepção dos profissionais que atuam nesse contexto no que se refere a compreender a relevância do acolhimento psicológico como ferramenta para promover proteção, atenção e cuidado à mulher vítima de violência.

Palavras-chave: violência contra as mulheres; violação de direitos humanos; violência de gênero.

Abstract

Violence against women is a public health and human rights problem, and women's protection stations are essential for identifying and handling cases. Considering the relevance of the topic, this article consists of an experience report regarding a supervised internship in health of a Psychology course, developed by final-year students, at a Women's Defense Station. The objective of the internship was to provide psychological assistance, through psychological duty, to women who were victims of violence or at risk, and who sought the services of the security institution. Based on the experience of the Psychology students in the interventions carried out, considering the challenges and potential identified, the need for improvement and advancement in this area of psychologists' work was observed. Thus, the institutionalization of the internship proposal enabled victims to access emergency psychological care, contributing to the development of protection networks for women in situations of violence. Furthermore, it was noted that it is important to improve the perception of professionals working in this context in terms of understanding the relevance of psychological support as a tool to promote protection, attention and care for women who are victims of violence.

Keywords: violence against women; violation of human rights; gender-based violence.

Resumen

La violencia contra las mujeres es un problema de salud pública y de derechos humanos, y las comisarías de la mujer son fundamentales para identificar y atender los casos. Dada la relevancia del tema, este artículo consiste en un relato de experiencia sobre una pasantía supervisada en salud de la carrera de Psicología, desarrollada por estudiantes del último año, en una comisaría de la mujer. El objetivo de la pasantía fue brindar asistencia psicológica a mujeres, víctimas de violencia o en situación de riesgo, que buscaron los servicios de la institución de seguridad. A partir de la experiencia de los estudiantes de Psicología en las intervenciones realizadas, ante los desafíos y potencialidades identificadas, se observó la necesidad de mejora y avance en esta área de actuación de los psicólogos. De esta manera, la institucionalización de la propuesta de pasantía posibilitó que las víctimas accedan a atención psicológica de emergencia, contribuyendo al desarrollo de redes de protección para mujeres en situación de violencia. Además, se observó la importancia de mejorar la percepción de los

profesionales que actúan en este contexto en términos de comprender la relevancia del apoyo psicológico como herramienta para promover la protección, atención y cuidado de las mujeres víctimas de violencia.

Palabras clave: *violencia contra las mujeres; violación de los derechos humanos; violencia de género.*

Introdução

A última pesquisa sobre violência contra as mulheres, realizada no Brasil com 21.787 participantes, indicou que 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023). A violência contra a mulher é considerada como um problema de saúde pública e uma das principais violações dos direitos humanos, que impacta severamente na saúde individual e coletiva (Brasil, 2011). Ademais, afeta também aspectos sociais e de desenvolvimento, muitas vezes, de longa duração para mulheres e seus filhos (Stöckl & Sorenson, 2024).

Esse fenômeno é uma construção social, histórica e política, reverberado por meio da consolidação de um sistema patriarcal, que se constitui de relações de poder e hierárquicas, em que o papel da mulher é visto como subordinado e inferior, e, consequentemente, as ações de desigualdade geram atos discriminatórios e violentos (Lacerda, 2014). No Brasil, apenas a partir da luta dos movimentos feministas, o Estado começou a tomar as primeiras medidas para o enfrentamento à desigualdade de gênero e o combate ao fenômeno da violência, em diferentes esferas da sociedade (Souza & Faria, 2017). Assim, a criação da primeira delegacia especializada, sobre a promulgação da Lei 11.340/06, marcou a constituição da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, significando avanços na conquista de direitos das mulheres (Theodoro & Adams, 2016; Blay, 2003).

Vale ressaltar que a Lei 11.340/06, denominada como Lei Maria da Penha, definiu no Brasil as diferentes formas de violência doméstica contra a mulher que se configuraram como crimes (Silva & Silva, 2020), sendo especificamente, as violências física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (Mello & Paiva, 2022). Entretanto, apesar de o Brasil ser um dos países que mais avançou com relação às leis que buscam impedir

e punir a violência, ainda é o quinto país em número de feminicídio no mundo (Colling, 2020).

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou artigos de defesa da vida, liberdade e igualdade para todos (a Tal declaração incluiu os direitos das mulheres, que remetendo ao passado histórico e às lutas por mais dignidade, as mulheres conquistaram seus direitos e espaço na sociedade, facilitando a criação da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), em 1979 (Brasil, 2002). Entretanto, mesmo com as leis e a Declaração Universal, os índices de violência contra o gênero feminino ainda são elevados, se tornando uma questão multifacetada, que se configura como um desafio atual para o Estado e o Direito que não são capazes de cessar essa problemática e nem fornecer suporte integral e acolhedor para as vítimas, pois ocorre principalmente no contexto da família, que por sua vez, sempre foi considerada uma instituição fundamental e relevante para a relação entre seus membros (Colling, 2020). Neste cenário, a Psicologia atua com ações de proteção, acolhimento e prevenção para as situações de violência que ocorrem na sociedade e são direcionadas para a DDM (Mattos & Machado, 2019).

Desse modo, alicerçado com o desenvolvimento de mais ações voltadas para a emancipação das mulheres em situação de violência, um número maior de vítimas passou a buscar delegacias especializadas para a realização de denúncias, no entanto, muitas vezes, depara-se com um atendimento que não abrange a multidimensionalidade do fenômeno. Dessa forma, diversos estudos ressaltam a importância de compreender os impactos físicos, psicológicos e sociais da violência para que, além de um atendimento qualificado, promova-se o bem-estar da mulher, levando em consideração o seu sofrimento psíquico (Porto, 2006; Freitas & Silva, 2019). Embora as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) sejam espaços fundamentais para a proteção das mulheres (Cipolla et al., 2019), alguns entraves como horário de atendimento e falta de equipe multidisciplinar adequada ainda correspondem a importantes desafios no país (Machado et al., 2020).

Atualmente, como a inserção do profissional da Psicologia em DDM não é obrigatória, há dificuldades associadas ao seu papel e como este pode ser estabelecido

nessas instituições, no entanto, as suas ações devem ser voltadas para o acolhimento das vítimas por meio de um olhar e de uma escuta diferenciada, além de propiciar uma ressignificação de suas experiências e a garantia dos seus direitos humanos fundamentais. Assim, a perspectiva clínica é a mais utilizada como prática (Souza & Faria, 2017), sendo que o papel do profissional da Psicologia é auxiliar a vítima a refletir e buscar novas formas de enfrentar a suas dificuldades (Rebouças & Dutra, 2010). Nesse contexto, o plantão psicológico corresponde a uma modalidade que vêm florescendo em delegacias especializadas em atendimento à mulher (Farinha & Souza, 2016; Silva & Bini, 2021; Santana, Schaefer, & Silva, 2017), o que pode ser compreendido em razão de ser um atendimento emergencial, imediato (Souza & Donadon, 2022) e acessível para camadas mais vulneráveis da sociedade (Lima, Carvalho, & Pires, 2020).

O plantão psicológico corresponde a um atendimento clínico fundamental à contemporaneidade, que permite que o profissional acolha o sofrimento humano em qualquer contexto, conforme disposição e possibilidade de encaminhamentos (Oliveira & Silva, 2024). Desse modo, a prática busca auxiliar pessoas no seu momento de crise e sem a necessidade de agendamento, ou seja, viabilizando o atendimento imediato no momento da demanda (Doescher & Henriques, 2012). Ademais, conforme Morato (2009), diversas instituições podem ser favorecidas com a modalidade, já que o plantão psicológico abandona uma parte do tradicionalismo da clínica, o que auxilia no ajustamento e adaptação a diferentes contextos da sociedade. Vale ressaltar que o plantão psicológico também pode promover a articulação entre diferentes serviços da rede social e comunitária de suporte às vítimas (Hegerbeng, 2004; Schmidt, 2004).

Objetivos

Diante dos dados apresentados, o objetivo desse estudo foi relatar a experiência de estudantes de Psicologia referente a um projeto relacionado ao Estágio Supervisionado em Saúde, realizado em uma delegacia especializada em defesa da mulher, localizada no interior de São Paulo, em que os estagiários tinham o papel de realizar plantões psicológicos para mulheres em situação de violência. Desse modo, o artigo pretendeu descrever as dificuldades enfrentadas e as potencialidades da modalidade de atendimento

psicológico no projeto, com o intuito de auxiliar nos avanços para a área de combate ao fenômeno da violência contra a mulher, além de se dedicar à construção de uma Psicologia mais acolhedora e humana, a partir de ações de seus estudantes e profissionais.

Método

O estudo baseou-se no método descritivo, do tipo relato de experiência, e buscou descrever a vivência de estudantes do último ano, 9º e 10º semestre, no estágio realizado no curso de Psicologia de um centro universitário. As atividades de plantão psicológico foram realizadas em uma Delegacia de Defesa da Mulher, localizada em uma cidade do interior de São Paulo.

O campo de atuação escolhido para este estágio surgiu da articulação entre o centro universitário, o poder público e a DDM do município, a partir da identificação da possível demanda para a psicologia com atividades de psicoeducação e acolhimento psicológico. A princípio, não havia profissional de psicologia na DDM quando o estágio foi realizado, cabendo à docente supervisora de estágio da instituição de ensino realizar as orientações técnicas e éticas para os discentes. A proposta de que os atendimentos fossem feitos em dupla de estagiários foi apresentada pela professora responsável, após analisar a complexidade das demandas da DDM. A supervisão acadêmica referente ao estágio acontecia uma vez por semana, com o objetivo de orientar e desenvolver, junto com os universitários, o projeto de intervenção.

A partir do diálogo entre o poder municipal e a instituição de ensino superior, institucionalizou-se a modalidade de plantão psicológico na DDM, com o principal objetivo de realizar o acolhimento e a orientação imediata frente à situação de violência vivenciada pelas mulheres que procuravam o serviço e desejavam ser atendidas (Farinha & Souza, 2016).

Houve, ainda, uma experiência externa viabilizada pela delegada responsável pela DDM para os estagiários, que puderam conhecer, em outro município, uma DDM que já contava com o serviço de psicologia na modalidade de plantão psicológico, também realizado em duplas de estudantes. Essa visita técnica proporcionou novos conhecimentos e troca de experiências.

Os estudantes de Psicologia ficavam disponíveis na delegacia para realizar o plantão às segundas-feiras, no período da manhã, conforme definido previamente pela instituição. Os atendimentos eram oferecidos para as mulheres que buscavam a delegacia para a realização de um boletim de ocorrência ou procuravam algum tipo de orientação. A equipe foi composta por três estagiários e os atendimentos eram realizados, na maioria das vezes, em dupla. Ademais, os estudantes também empregaram a técnica da observação-participante, que é um método qualitativo de mapeamento institucional, que permite se envolver de forma subjetiva nas relações daquele espaço, nas representações, nas normas institucionais, no contexto sócio-histórico que a instituição está inserida, com o intuito de conhecer a equipe da delegacia e os discursos institucionalizados (Martins, 1996).

Resultados e Discussão

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

A modalidade do plantão psicológico em DDM vem conquistando espaço na literatura científica sobre o tema (Farinha & Souza, 2016; Silva & Bini, 2021; Santana, Schaefer, & Silva, 2017). Atualmente, é inegável a importância do atendimento psicológico breve frente a situações de vulnerabilidade, no qual o profissional apresenta uma postura ética por meio da escuta qualificada e técnica, no intuito de elucidar a demanda apresentada pela pessoa atendida (Souza & Donadon, 2022).

Foi estabelecido que os estudantes de Psicologia ficariam disponíveis para o atendimento na sala de trabalho da escrivã, que era utilizada para a realização dos boletins de ocorrência. Em um primeiro momento, buscaram-se alternativas para transformar o espaço em um local seguro para o acolhimento à vítima, em virtude de que a sala remetia à concepção de um atendimento investigativo. Essa dificuldade também foi observada por Cipolla et al. (2019), indicando que, muitas vezes, as mulheres se prendiam a informações entendidas como “provas” do crime cometido, afastando-se do objetivo do plantão psicológico.

Concomitantemente, a falta de infraestrutura adequada para realizar os atendimentos de plantão psicológico com a devida privacidade foi observada nesta experiência de estágio, o que também foi verificado na literatura, destacando-se como uma dificuldade significativa para profissionais que atuam em delegacias especializadas, sendo que tal condição impossibilita um atendimento qualificado, especialmente por conta do sigilo das informações e da identidade das vítimas (Souza & Faria, 2017).

A ausência de oferta dos atendimentos pela equipe administrativa para as mulheres que buscavam o serviço na delegacia foi outro desafio vivenciado pelos estudantes, o que corroborou o estudo de Machado et al. (2020), que indicou que ainda é preciso avançar quanto a percepção dos profissionais que atuam nesse contexto sobre a importância do acolhimento psicológico da vítima. Assim, em diversas entrevistas com a equipe destacou-se a necessidade de divulgação mais efetiva do plantão psicológico para que as vítimas tivessem a oportunidade de optar, ou não, pela utilização do serviço. As consequências foram observadas especialmente pela falta de uma procura mais expressiva do público-alvo. Devido a esse fato, os estudantes exploraram novos caminhos para a institucionalização e divulgação do serviço, como a utilização de folhetos que estamparam as paredes da delegacia e também eram entregues às mulheres na recepção. De certo modo, foi necessária a capacidade crítica dos estudantes para desenvolver novas práticas de atuação e aproximação com o público. Assim, observou-se a necessidade de apresentar a visão de uma Psicologia que não se remetesse ao modelo médico e tradicionalista, e sim, refletisse sobre o papel dos estudantes plantonistas com o compromisso social da profissão.

Ainda com relação à dificuldade de adesão do público-alvo, mesmo com o processo de divulgação do plantão psicológico, não foi observada melhoria na quantidade de participantes que procuravam à delegacia. Tal resultado corroborou também a pesquisa realizada por Souza e Faria (2017), em que diversos profissionais que atuavam em delegacias especializadas ressaltaram o impasse da adesão, mesmo com uma divulgação constante. Este fator pode ser compreendido pelas expectativas e visão que o público apresenta em relação aos atendimentos psicológicos, bem como o estranhamento quanto à presença da modalidade de atendimento na instituição.

Portanto, infere-se que os desafios apresentados estão de acordo com a literatura científica sobre o tema. No entanto, é crucial que se construam caminhos para o desenvolvimento do potencial das ações universitárias e, por meio disso, contribua-se com o olhar humanizado para o sofrimento dessas mulheres, independente dos problemas enfrentados.

(RE)CONSTRUINDO POTENCIALIDADES

Às segundas-feiras representaram mais do que mais um dia de vivência na DDM. Elas significaram novas possibilidades para desconstruir o modelo rígido que, muitas vezes, o plantão psicológico é compreendido, além de propiciar a construção de outras formas de cuidado e atenção às vítimas de violência, podendo contribuir com as políticas públicas que favorecem a redução das agressões e a proteção das vítimas (Blay, 2003). Dessa forma, conjuntamente com o acolhimento psicológico às mulheres, também foi necessária a articulação com a rede de proteção a mulheres do município, pois é por meio da orientação e garantia de direitos que a vítima pode (re)significar a sua experiência e ter uma diminuição do seu sofrimento. Isto posto, o diálogo com o poder público e outras formas de fortalecer a rede de atendimento também são importantes para a prática do plantão psicológico.

Desde o princípio do projeto de estágio, houve um diálogo com o poder público municipal para que todas as informações e trâmites essenciais para a realização de encaminhamentos para diferentes áreas da rede pública de saúde e assistência social fossem concedidos. Assim, os estudantes produziram cartilhas com os dados de diferentes serviços que fazem parte da rede, com o intuito de divulgar para o público atendido. Considerando esse cenário, segundo Schmidt (2004), o plantão não deve ser compreendido como autossuficiente, ou seja, em razão da diversidade de demandas e a singularidade de experiências, é necessária uma união, de forma solidária, com as redes sociais e comunitárias. Um atendimento qualificado “é possível quando essa prática estabelece, solidariamente, trocas que permitem contar com o apoio de políticas mais amplas do que este serviço pode abranger em uma instituição” (Souza & Souza, 2009, p. 203).

Hegerbeng (2004) ressalta que o acesso aos serviços de saúde mental ainda não está disponível para todos. Ademais, também afirma que a exclusão social acontece de inúmeras maneiras, seja econômica, social ou cultural. Muitas pessoas vivenciam situações de grande sofrimento sem dispor de possibilidades para encontrar a ajuda necessária e qualificada. Portanto, a modalidade do plantão psicológico é uma mediação entre a Psicologia e a população, estabelecendo-se em instituições próximas à comunidade, facilitando o seu acesso a serviços voltados para saúde mental e suporte psicológico, propiciando a melhoria da qualidade de vida de pessoas que tiveram seus direitos violados, promovendo, assim, a sua emancipação como cidadãs.

Tal questão foi citada anteriormente no tópico das dificuldades, no entanto, a possibilidade de flexibilização do plantão psicológico também pode ser vista como uma potencialidade. Na experiência desse estágio, diferentes formas de abordar as mulheres aproximaram ainda mais a Psicologia de seu público-alvo e auxiliaram na democratização da informação sobre os atendimentos psicológicos em um serviço visto como porta de entrada para a garantia de direito às vítimas. Em uma das intervenções realizada por uma das estudantes, uma mulher era mãe de uma adolescente que havia sofrido violência sexual, e, quando divulgado o serviço para ela, respondeu “*eu consegui marcar terapia para ela amanhã, mas se não, com certeza aceitaria o atendimento*”. A fala dessa mulher ratificou a importância da exposição, de tal modo, diferentes formas de proporcionar essas informações para o público-alvo podem constituir-se como uma potencialidade do plantão psicológico.

Nesse sentido, Mattos e Machado (2019) ressaltam que, para garantir a sua qualidade, é necessária uma sintonia entre profissional do plantão psicológico e instituição. O desenvolvimento das virtudes do plantão ocorre a partir da adaptação e modificação dos atendimentos de acordo com as demandas, mas também da receptividade do ambiente em que é introduzido. Portanto, há possibilidades latentes na modalidade de atendimento e não deve ser compreendida a partir de uma única prática reducionista, mas sim pela oportunidade de ir ao encontro do desconhecido e de suas diversas alternativas (Rebouças & Dutra, 2010). Assim, a modalidade do plantão psicológico na delegacia dispõe de variadas potencialidades que podem (e devem) ser exploradas por meio de outras vivências, variando desde a promoção de uma escuta qualificada, que permite o

acolhimento para a pessoa em sofrimento, até formas diferentes de cuidado, como as orientações na recepção da delegacia e o fortalecimento do enfrentamento à violência junto a outros serviços da rede.

Por fim, destaca-se a potencialidade associada aos futuros profissionais da Psicologia a partir da vivência do projeto de estágio em plantão psicológico no contexto de atendimento a mulheres vítimas de violência. Além da aprendizagem fundamental sobre uma prática que promove o acolhimento psicológico para diferentes contextos, possibilita que o estudante atue no momento presente da pessoa atendida, buscando junto a ela a compreensão da problemática e a avaliação dos recursos disponíveis para lidar com suas dificuldades e desafios (Rebouças & Dutra, 2010).

Considerações finais

O fenômeno da violência contra a mulher é um problema de saúde pública e demanda ações do poder público em articulação com a sociedade para seu enfrentamento. Desse modo, as delegacias especializadas surgem como espaços para garantia de direitos das vítimas, no entanto, a violência deve ser compreendida de forma multidimensional. Entretanto, a dimensão psicológica ainda é desvalorizada e desconsiderada como direito, o que agrava os danos na saúde da mulher e dificulta a sua emancipação.

O intuito desse estudo foi relatar a experiência de estagiários de Psicologia em um plantão psicológico, realizado em uma DDM, evidenciando os desafios e novos caminhos que podem ser trilhados, no intuito de promover os direitos humanos e garantir o acesso a atendimento psicológico diante da violência sofrida, entendendo os predecessores de uma visão banalizada em relação a intervenções psicológicas com mulheres em situação de violência.

Verificou-se que os obstáculos dificultam o reconhecimento e a institucionalização do modelo do plantão psicológico e, de tal forma, é necessária a participação de diversos agentes que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher para que esses desafios possam ser superados, para assim, transformar um ambiente, muitas vezes opressor, em um espaço acolhedor e caracterizado por um olhar mais humanizado.

Contudo, é importante fortalecer a modalidade do plantão psicológico e desenvolver novas formas de cuidar. Isso posto, é essencial a desconstrução do modelo rígido dos atendimentos psicológicos e buscar novas alternativas para diminuir o sofrimento das mulheres em situação de violência. Na vivência dos plantões, observou-se que aguardar em uma sala esperando pela demanda espontânea não seria o suficiente para diminuir o sofrimento das vítimas e, portanto, foi necessária a construção de outros métodos para atingir os objetivos propostos.

Ademais, é de extrema relevância para a sociedade que instituições de ensino superior busquem parcerias com serviços voltados para a comunidade, proporcionando experiências formativas significativas para seus estudantes, ampliando sua capacidade crítica, de solidariedade a causas populares e um aprofundamento na educação em direitos humanos, como ação promotora não apenas da prática profissional, como também na realidade vivenciada pela população brasileira.

Portanto, salienta-se a pertinência do suporte psicológico em instituições que atendem um público-alvo com os direitos humanos violados e, mesmo com os desafios e obstáculos que podem dificultar sua acessibilidade, é importante recorrer ao propósito do acolhimento e do cuidado psicológico, buscando garantir o bem-estar. Ressalta-se que a delegacia é a porta de entrada das vítimas para sua emancipação e pode ser uma forma de a Psicologia desconstruir a visão de uma profissão elitizada, evocando o compromisso social no fazer do psicólogo, visando a população marginalizada e vulnerável.

Referências

- Brasil (2011). *Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ministério da Justiça. Brasília, DF: Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres. <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento->
- Blay, E. (2003) Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49), 87-98. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/>

- Cipolla, G. R. et al. (2019). Psicologia e violência contra a mulher: relato de experiência de estágio em uma delegacia de defesa da mulher. In *XVIII CIC: Congresso de Iniciação Científica - Unifio - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos* (p.135). São Paulo: Ourinhos. Recuperado de <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2019/pdf/15.15.pdf>
- Colling, A. M. (2020). Violência contra as mulheres: Herança cruel do patriarcado. *Revista Diversidade e Educação*, 8(n. especial), 171-194. doi: <https://doi.org/10.14295/de.v8iEspeciam.10944>
- Doescher, A. M. L., & Henriques, W. M. (2012). Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 717-723. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/jNLH8JRLF5SZ5kx6KSGmDwK/?format=pdf&lang=pt>
- Farinha, M. G., & Souza, T. M. C. (2016). Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio clínico. *Revista Spagesp*, 17(1), 65-79. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1677-29702016000100007&lng=pt&nrm=iso.
- Freitas, C. G., & Silva, R. B. (2019). A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. *Revista Mosaico*, 10(1), 79-87. Recuperado de <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/rm/article/view/1778>
- Hegerberg, M. (2004). *Psicoterapia Breve*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Instituto de Pesquisa DataSenado. (2023). *Pesquisa nacional de violência contra a mulher*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>
- Lacerda, M. M. (2014). *A naturalização da violência contra a mulher como uma construção sócio-histórica passível de desconstrução*. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba. Recuperado de <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/5273>
- Lima F. L. A, Carvalho A. R. R. F., & Pires G. M. (2020). Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. *Revista Saúde e Ciência*, 9(1), 152-169. Recuperado de <https://www.rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/386>
- Machado, D. F., Almeida, M. A. S., Dias, A., Bernardes, J. M., & Castanheira, E. R. L. (2020). Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2), 483-494. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.14092018>

- Mattos, M. I. A., & Machado, E. S. S. (2019). *Motivações de acadêmicos voluntários do plantão psicológico em um serviço de psicologia*. In Psicologia. Repositório Universitário de Ânima (Runa). Recuperado de <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/anima/10456>
- Martins, J. (1996). Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 17(3). Recuperado de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9472/0>
- Mello, A., & Paiva, L. (2022). *Lei Maria da Penha na prática*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022.
- Morato, H. T. P. (2009). *Plantão psicológico: inventividade e plasticidade*. In Resumo. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia. Recuperado de <http://laclife.files.wordpress.com/2009/10/click-na-figura-para-baixar-artigos-de-sashenka.pdf>
- Oliveira, J. M., & Silva, R. S. (2024). A importância da interdisciplinaridade na educação: Um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 10(1), 35-50. doi: <https://doi.org/10.1234/cp.2024.001>
- Porto, M. (2006). Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(3), 426-439. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000300007&lng=pt&tlang=pt.
- Rebouças, M. S. S., & Dutra, E. (2010). Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 16(1), 19-28, 2010. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004
- Santana, A. L., Schaefer, K. A., & Silva, D. (2017). Violência contra mulher e suas interfaces: relato de experiência no plantão psicológico junto a delegacia da mulher. *Anais do 15º EECI - Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional – 2017*. Recuperado de <https://www.fag.edu.br/mvc/assets/pdfs/anais-2017/KETLEN%20ALINE%20SCHAEFER-kety.ketlen@hotmail.com-1.pdf>
- Silva, D., & Silva, R. L. F. C. (2020). Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. *Revista Multidisciplinar – Finom: Humanidades e Tecnologias*, 20(1). Recuperado de https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1008

- Schmidt, M. L. S (2004). Plantão psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estudos De Psicologia (Campinas)*, 21(3), 173-192. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/pyvnbrfmt76lr8cnzyssc/?lang=pt#>
- Silva, A. M. B., & Bini, M. C. N. (2021). Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. *Psicologia Usp*, 32 doi: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201>.
- Souza, A. C., & Donadon, M. F. (2022). Terapia cognitivo comportamental em um caso clínico de depressão: atendimento de plantão psicológico na modalidade on-line. *Revista Eixo*, 11(1), 94-103. Recuperado de <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/908>
- Souza, B. N., & Souza, A. M. (2011). Plantão psicológico no HUBFS: uma experiência de assistência à comunidade. *Revista Nufen*, 3(1), 200-209. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s2175-25912011000100012&lng=pt&nrm=iso
- Souza, T. M. C., & Faria, J. S. (2017). Descrição dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 253-265. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v35n2/1794-4724-apl-35-02-00253.pdf>
- Heidi Stöckl, H., & Sorenson, S. B. (2024). Violence against women as a global public health issue. *Annu. Rev. Public Health*, 45, 277–94. doi: <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-060722-025138>
- Theodoro, S., & Adams, M. (2016). O impacto das políticas para as mulheres na promoção da igualdade de gênero. *Gênero*, 17(1). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31255>
- UNICEF. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>